



SABRINA STEFANY COELHO FÁVERO

**CIDADANIA DELIBERATIVA NO CONTEXTO DE UMA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES AGRICULTORAS**

**LAVRAS – MG
2023**

SABRINA STEFANY COELHO FÁVERO

**CIDADANIA DELIBERATIVA NO CONTEXTO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE
MULHERES AGRICULTORAS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr.
José Roberto Pereira

**LAVRAS – MG
2023**

SABRINA STEFANY COELHO FÁVERO

**CIDADANIA DELIBERATIVA NO CONTEXTO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE
MULHERES AGRICULTORAS**

**DELIBERATIVE CITIZENSHIP IN CONTEXT OF WOMAN FARMER
ASSOCIATION**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Administração Pública, para a obtenção do título de Bacharel.

Prof. Dr. JOSÉ ROBERTO PEREIRA

UFLA

Prof. Dr. STEFANIA BECATTINI VACCARO

UFLA

Prof. Dr. JOSÉ ROBERTO PEREIRA

Orientador

**LAVRAS – MG
2023**

Dedico às mulheres,

À força feminina que é nutritiva.

Em especial aquelas que me tornaram mulher e a todas as mulheres da AMAGRI, que transformam sentimento em ação de força e de querer.

AGRADECIMENTOS

O sentimento que permeia esses agradecimentos é de profunda gratidão. Estou imensamente grata por todo o apoio, confiança e carinho recebidos ao longo dessa jornada de pesquisa.

Em especial, expresso meus agradecimentos a Deus, força suprema que me ampara.

Às Mulheres Agricultoras da AMAGRI que me permitiram compartilhar de saberes únicos e experiências de trabalho e vida. Agradeço por me permitirem adentrar em seus espaços e escutar suas vozes, o que enriqueceu profundamente minha compreensão sobre o que é gestão social.

Gratidão ao meu orientador, José Roberto que dedicou seu tempo, conhecimento e apoio durante todo meu curso de graduação. Sua orientação sábia e valiosos insights foram fundamentais.

Agradeço a INCUBACOOOP, minha querida incubadora, a professora Stefania e todos os membros que me acolheu desde o início da graduação e me ensinou o valor da cooperação.

Grata a minha família, Sandra, Reginaldo, Samyra, Constância e Sebastião, pelo apoio incansável e imensurável, pelas palavras de motivação e conforto. A confiança de vocês é o combustível para meu crescimento.

Gratidão as meninas do 201, pelo cuidado diário e pelo apoio.

Também agradeço às minhas amigas, Ana Maria e Caroline, que durante todo o curso da graduação foram suporte e ombro amigo, esse trabalho tem muito de vocês.

Por fim, agradeço a Universidade Federal de Lavras e o Departamento de Administração Pública, espaço do saber compartilhado, que foi minha segunda casa durante esse tempo.

“O próximo grande passo evolutivo da humanidade será a descoberta de que cooperar é melhor que competir.”

Pietro Ubaldi

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal investigar a prática associativa no contexto da Associação de Mulheres Agricultoras de Perdões (AMAGRI) à luz das categorias da cidadania deliberativa propostas por Villela (2012). Os objetivos específicos consistem em analisar as práticas associativas com potencial transformador em práticas de cidadania e identificar as categorias da cidadania deliberativa presentes na associação. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, buscando a identificação e descrição da realidade da AMAGRI com base nas categorias de análise da cidadania deliberativa através do diagnóstico rápido participativo emancipador, fundamental para estabelecer uma relação de confiança e criar um ambiente favorável à expressão das vozes das mulheres agricultoras e de entrevistas semiestruturadas. Foi possível identificar elementos da cidadania deliberativa presentes no cotidiano da AMAGRI, como o processo de discussão, a inclusão, a igualdade participativa, o pluralismo, a autonomia e o bem comum. No entanto, também se constatou que algumas categorias necessitam de maior atenção para que a AMAGRI possa ser verdadeiramente caracterizada como uma associação pautada nas categorias da cidadania deliberativa, o que indica um potencial transformador das práticas associativas em práticas de cidadania. Este estudo contribui para a compreensão das práticas associativas no contexto de associações à luz da cidadania deliberativa, destacando tanto os critérios já presentes quanto os desafios a serem superados. Além disso, ressalta a importância do uso de metodologias participativas, como o DRPE, na gestão social, permitindo a construção de conhecimento coletivo e a ampliação da participação efetiva das mulheres agricultoras.

Palavras-chave: Cidadania Deliberativa; Gestão Social; DRPE.

ABSTRACT

This work has as its main objective to investigate the associative practice in the context of the Association of Women Farmers of Perdões (AMAGRI) in the light of the categories of deliberative citizenship proposed by Villela (2012). The specific objectives consist in analyzing associative practices with transformative potential in citizenship practices and identifying the categories of deliberative citizenship present in the association. The research adopted a qualitative approach, seeking the identification and description of AMAGRI's reality based on the analysis categories of deliberative citizenship through the rapid participatory emancipatory diagnosis (DRPE), fundamental to establish a relationship of trust and create a favorable environment for the expression of the voices of women farmers and semi-structured interviews. It was possible to identify elements of deliberative citizenship present in AMAGRI's daily life, such as the discussion process, inclusion, participatory equality, pluralism, autonomy, and the common good. However, it was also found that some categories need more attention so that AMAGRI can be truly characterized as an association based on the categories of deliberative citizenship, which indicates a potential for transforming associative practices into citizenship practices. This study contributes to the understanding of associative practices in the context of associations in the light of deliberative citizenship, highlighting both the criteria already present and the challenges to be overcome. Furthermore, it highlights the importance of using participatory methodologies, such as DRPE, in social management, allowing the construction of collective knowledge and the expansion of the effective participation of women farmers.

Keywords: Deliberative citizenship; Social Management; DRPE;

LISTA DE SIGLAS

INCUBACOOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

AMAGRI – Associação de Mulheres Agricultoras de Perdões

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

DRPE – Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador

ES – Economia Solidária

CDNE - Controles Democráticos Não Eleitorais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Democracia Deliberativa	12
2.2 Cidadania	14
2.3 Cidadania Deliberativa	16
2.4 Associativismo e práticas associativas	18
2.5 Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador	20
3 METODOLOGIA	22
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO	26
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A expressão cidadania deliberativa, termo que foi incorporado à gestão social brasileira pelo pesquisador Fernando Guilherme Tenório da FGV-EBAPE, significa que, “o indivíduo deve participar de um procedimento democrático, decidindo, nas diferentes instâncias de uma sociedade e em diferentes papéis, seu destino social como pessoa [...], ou seja, sua autodeterminação não se dá sob a lógica do mercado, mas da democracia social: igualdade política e decisória.” (TENÓRIO, 1998, p.18-19). Nesse sentido temos a aproximação de democracia participativa e cidadania deliberativa em um âmbito ainda mais amplo, pois, os cidadãos vão além de meramente participar do processo decisório; é necessário nessa visão que os indivíduos sejam cocriadores do processo, deliberando e exercendo o poder comunicativo por meio de princípios e valores.

Com a Constituição Federal de 1988, ocorreu no Brasil uma descentralização administrativa com a estruturação e divisão do poder entre os três entes federados (União, estados e municípios) tendo sido criado mecanismos de participação popular nas três esferas de poder. Porém, de forma mais incisiva, é preciso destacar, a gestão pública municipal, que conta com mecanismos de participação popular diretos e indiretos. Porquanto é nas cidades que a vida acontece diariamente. Nesse âmbito, os conselhos, de grande papel no controle democrático no país, como salientado por Adrian Lavelle (2020, p. 1). O autor defende a ideia de que o Brasil está a frente a outros países do hemisfério sul no quesito de CDNE¹ - Controles Democráticos Não Eleitorais. Para ele, esse controle se dá pela forma como o cidadão faz parte do aparelho do estado, deliberando de fato, através de instituições, de forma direta ou indireta e tem poder de definir e controlar.

Além desse aspecto, a população pode se organizar em coletividades, sejam elas de caráter religioso, político, cultural ou laboral. Para Tenório (2012, p. 23), esses arranjos são fundamentais para que se concretizem os interesses da sociedade. Essa organização em coletivos no que tange o setor laboral, traz características interessantes de análise incluídas na gestão social, que é a economia solidária.

Quando se trata do debate que tange a deliberação em coletividades, em especial em uma associação. O fomento do governo brasileiro e práticas de associação e cooperação que

¹ vale ressaltar que nem todo conselho é de caráter deliberativo, existe no país também conselhos de caráter consultivo, entretanto, mesmo assim se constitui como um mecanismo de participação.

podem influenciar diretamente a sociedade para que a iniciativa popular seja efetiva no contexto local, influenciando portanto na discussão acima citada. Temos por exemplo, incentivos à formação de cooperativas e associações em editais de acesso a políticas públicas, como a exemplo do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nesse panorama, temos o governo federal incentivando a cooperação e iniciativa popular, uma vez que em associações e/ou cooperativas têm prioridade de participação na política pública em questão e cooperativas e associações fortalecem o debate local e pode ser uma via de protagonismo dos atores de uma determinada realidade ao acesso de direitos e deveres, tornando-os conseqüentemente, cidadãos mais ativos.

É nesse cenário de democracia participativa como um aparato que se utiliza da iniciativa popular para melhoria da realidade local e do fomento da administração pública na formação de coletividades, em 2017, nasceu a Amagri – Associação de Mulheres Agricultoras de Perdões, com o objetivo de unir as mulheres agricultoras do município de Perdões (MG) e facilitar as oportunidades de venda por meio do fornecimento de alimentos para a feira livre do município e, também, para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A história da Amagri surgiu dessa política pública e tem se fortalecido por meio de outras políticas. Em 2020, as associadas da Amagri também passaram a fornecer seus alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais são destinados aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública de Perdões. As agricultoras familiares que participam desses programas têm a garantia de venda dos alimentos que produzem e também do recebimento mensal, o que contribui para a renda e a qualidade de vida da família.

Estruturada como uma associação, a AMAGRI constitui-se como um espaço de mediação de conflitos ideológicos da sociedade civil, uma vez que possui relevância na estruturação do poder local, isso é o que nos lembra Barthélémy (2000, p. 16). Além disso, cabe ressaltar que a associação está pautada no ideal da economia solidária, que tem como princípios gerais: “a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de um intercâmbio respeitoso com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade.” (SECRETARIA EXECUTIVA DO FBES, 2006, p.78)

Tendo isto em vista o potencial de deliberação na associação, em que os processos decisórios devem ser horizontais e de igual participação, como também os valores da gestão social, autogestão, bem-comum, solidariedade e, ainda, o fato da associação ter sido fundada por incentivo de uma política pública, surge a seguinte questão orientadora deste TCC: **como**

as práticas associativas da AMAGRI se transformam em práticas da cidadania deliberativa?

A fim de buscar respostas a tal questão, está delineado como objetivo geral do presente trabalho identificar os elementos da prática associativa que são observados à luz das categorias da cidadania deliberativa fundamentados em Villela (2012), quais sejam: processo de discussão; inclusão; igualdade participativa; pluralismo; autonomia; bem comum. Como objetivos específicos temos: 1) investigar as práticas associativas com potencial poder transformador em práticas de cidadania 2) analisar as práticas associativas identificadas na AMAGRI com base nos critérios da cidadania deliberativa propostos por Villela (2012).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Alguns conceitos são relevantes de serem elucidados a fim de compreender sob quais foram as perspectivas em que o presente trabalho foi fundamentado. Assim, essa seção traz reflexões e debates teóricos acerca dos seguintes temas: democracia deliberativa e participativa, cidadania, cidadania deliberativa, práticas associativas e associativismo e sobre o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE).

2.1 Democracia Deliberativa

A democracia é um conceito antigo que remonta a época da Grécia antiga há 2.500 anos ou a Roma Antiga também a cerca de mais de dois mil anos. De fato, o conceito da palavra é associado à idade antiga, mas é necessário entender que a democracia não foi algo “inventado”. Robert Dahl (2001, p.19), evidencia o processo construtivo e evolutivo da democracia, considerando um conjunto de fatores favoráveis, que têm prováveis raízes em governos tribais e tenha se desenvolvido ao longo do tempo e espaço.

A luz do ideal defendido por Pogrebinschi (2004, p. 46) “a democracia não é uma alternativa a outros princípios de vida associativa, mas é a própria ideia de comunidade”. Entendendo isso, a um ponto mais profundo, o conceito de comunidade se encontra em um espaço amplo onde delimitações podem trazer perdas de atribuições culturais, sociais e econômicas, onde existe um pertencimento e identificação de valores.

Nesse sentido, percebemos também a democracia deliberativa, o campo teórico apresentado pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. O autor afirma que “a democracia deliberativa tem como objetivo criar uma relação mais harmônica entre a concepção de democracia hegemônica liberal e da concepção republicana de democracia” (HABERMAS, 2003, p. 35). Ou seja, para Habermas, no que tange ao meio democrático, o cidadão deve ter o direito à oportunidade de fala e participação na esfera pública.

Para o autor em questão, são fundamentais que os *direitos de comunicação* e *direitos de participação política*, a fim de que haja a legitimidade no processo decisório. O cidadão deixa então de ser mero espectador das decisões as quais os resultados têm impacto direto em suas realidades e passa a ser ator social. Segundo Habermas (2003, p. 53):

na medida em que os direitos de comunicação e de participação política são constitutivos para um processo de legislação eficiente do ponto de vista da legitimação, esses direitos subjetivos não podem ser tidos como os de sujeitos jurídicos privados e

isolados: eles têm que ser apreendidos no enfoque de participantes orientados pelo entendimento, que se encontram numa prática intersubjetiva de entendimento.

Passa, portanto, a ser legítima a vontade que emana dos cidadãos, uma vez que esses últimos transformam o desejo em ato dialógico, o elemento central se torna realmente legítimo quando é “aquilo em torno do qual os participantes da deliberação livre podem unir-se por si mesmos, sem depender de ninguém – portanto, aquilo que encontra assentimento fundamentado de todos sob as condições de um discurso racional” (HABERMAS, 2003, p. 162).

A democracia deliberativa se diferencia da democracia hegemônica (SOUSA SANTOS, 2001) dentre muitos fatores pela esfera pública. Em que para Gomes (2015, p.121-122) “A esfera pública habermasiana é aquela em que os indivíduos aptos à fala e à ação podem atuar no sentido de participação política nos espaços públicos que são como arenas em que, por meio da deliberação argumentativa, discutem sobre os interesses e objetivos comuns a serem perseguidos politicamente.”

Reiterando a democracia deliberativa, John Dryzek, sociólogo australiano, debate como a democracia deliberativa se insere na sociedade enquanto democracia, justiça e mudança de paradigma. Para Dryzek (2002) acolhida como democracia deliberativa, a comunicação ainda é condicional, ou seja, para ele, especialmente em espaços públicos, ainda é notável a comunicação falha no sentido de abuso de poder, manipulação e imposição. Dryzek (2002, pa.1) reforça a ideia de deliberação social em:

Deliberation as a social process is distinguished from of communication in that deliberators are amenable to changing their judgements, preferences, and view during the course of their interactions, which involve persuasion rather than coercion, manipulation, or deception.²

Temos, portanto, a democracia deliberativa como instrumento de mudança social e instrumento político, esse que tem suas raízes reconhecidas por diversos autores ao longo do tempo, desde a Grécia antiga com Aristóteles quando o autor defende o cenário de tomada de decisão pelos cidadãos após discussões, mesmo que ele defendesse tomadas de decisões por parte da aristocracia. Por Edmund Burke, na defesa da democracia representativa, John Stuart Mill, grande defensor de governo por discussões. E Jean-Jacques Rousseau, em que para ele o

² Deliberação como um processo social é distinguido da comunicação em que os deliberadores são capazes de distinguir os julgamentos, preferências e visões durante o curso de suas interações, que envolvem persuasão ao invés de coerção, manipulação e engano.

objetivo das decisões em democracia é determinar a vontade geral como meio de alcançar o bem comum, por meio de um processo racional.

Em suma, a democracia deliberativa é um conceito teórico que busca aprimorar os sistemas democráticos, promovendo a participação cidadã, o diálogo inclusivo e a deliberação racional como fundamentos para a tomada de decisões políticas. Destacamos a importância da participação cidadã ativa como uma característica essencial da democracia deliberativa, além da comunicação, a relevância do diálogo inclusivo e respeitoso na democracia deliberativa. A troca de ideias entre diferentes grupos e perspectivas, promovendo a escuta atenta e o reconhecimento da diversidade, contribui para a formação de consensos mais robustos e justos.

2.2 Cidadania

De acordo com T.H. Marshall, sociólogo britânico, a cidadania é um conceito multifacetado que engloba: cidadania civil, cidadania política e cidadania social. A cidadania civil refere-se aos direitos individuais básicos, como a liberdade de expressão, de associação, de propriedade e o acesso à justiça. A cidadania política envolve a participação dos cidadãos no processo político, incluindo o direito de voto, de se candidatar a cargos públicos e de influenciar as decisões políticas. Já a cidadania social diz respeito aos direitos e benefícios sociais, como o acesso à educação, saúde, moradia e segurança social. Temos na perspectiva Marshalliana os direitos civis como importante fator que assegura os direitos básicos de liberdade de expressão. Além disso, temos os direitos sociais como promotor relevante os canais de comunicação, direitos sociais caracterizados como aceitação social, política e técnica, os direitos políticos caracterizados como abertura dos espaços de decisões e os direitos republicanos caracterizado como valorização cidadã.

Tenório (2012), contrapõe-se a teoria de Theodor Marshall ao que diz respeito a cronologia e a universalidade desses aspectos, já que para ele, no Brasil a cidadania foi incorporada primeiramente aos direitos sociais com Getúlio Vargas, seguido pelos direitos políticos e por fim os direitos civis com a Constituição de 1988. Nesse contexto ainda é válido lembrar que o sistema cidadão ainda não é uma realidade para todos os países do globo, já que muitos ainda privam seus povos de direitos e manifestações cidadãs. Carvalho (2007 p. 11) reitera a discussão quando alega que “o percurso inglês foi apenas um entre outros.”

Para o historiador Jaime Pinsky, em sua obra, História da Cidadania, a noção de cidadania percorre a divisão clássica dos direitos civis, sociais e políticos e afirma que ser cidadão é exercer todos esses direitos. Além disso vem, complementando o discurso com a noção de cidadania não ser um conceito estanque, mas sim histórico, que sofre alterações com

as condicionalidades de tempo e espaço. Cidadania é para ele um conceito que sofre modificações pelo espaço, pois além das “regras que definem quem é ou não titular da cidadania (por direito territorial ou sangue), mas também pelos direitos e deveres distintos que caracterizam o cidadão em cada um dos Estados-nacionais contemporâneos” (PINSKY, 2003, p. 9).

No Brasil, a Constituição de 1988 é o norte ao que tange os direitos e deveres dos cidadãos e o instrumento que guia a garantia desses mecanismos da cidadania. Porém, temos que analisar sob quais são os meios em que os instrumentos de direito são de fato assegurados e se tornam uma práxis na realidade, assim, podemos elucidar sob a Constituição de 88 que: “—esboça um modelo de democracia participativa, por outro lado restringe os meios de participação e os subordina à decisão da própria representação” (PILATI, 2018, p. 19).

José Murilo de Carvalho (1996, p. 3) traz ao debate a visão e utopia de Pimenta Bueno, “que via na cidadania ativa bem mais do que o direito de votar e ser votado. Para ele, cidadão político, ou ativo, era aquele que podia participar do exercício dos três poderes, que podia exercer a imprensa política, formar organizações políticas, dirigir reclamações e petições ao governo”.

Além da ideia de participação nos três poderes de Bueno é importante ao debate, mas outros elementos são eminentes e devem ser tratados no debate. Tenório (2012, p. 23) reforça a importância de apresentar a cidadania numa discussão ampla de conceitos e que mesmo que não completa, a definição de cidadania de Marshall está contida na definição de Cidadania deliberativa:

é aquela que por meios de processos decisórios, reflexivos, e intersubjetivos apontaria direções que de maneira implícita ou explícita atenderiam aos direitos mashallianos, na medida em que o diálogo favorece a liberdade individual, direito civil- possibilita a participação na decisão – direito político – e contribui para o bem comum – direito social.

Temos então, que a cidadania pode ser compreendida em linhas gerais, além do direito de voto, que é uma visão limitada somente a um item dos direitos políticos. Cidadania é o exercício pleno dos direitos civil, social, político e republicano. E essa pode ser desdobrada em discussões específicas, que trazem novos elementos com debate teórico e sobretudo na realidade da sociedade como ator protagonista, o que é exemplo claro de cidadania deliberativa.

2.3 Cidadania Deliberativa

Cidadania na definição de Menezes (2007, p. 2) baseada nos estudos em Habermas é “uma dimensão ativa da pessoa humana, que proporciona uma identidade política e uma ação comunicativa na esfera pública de uma democracia deliberativa.” Já este conceito atribuído por Tenório no contexto deliberativo, temos por cidadania deliberativa “o envolvimento dos cidadãos nos processos de planejamento e implementação de políticas públicas, notadamente nas situações que facilitam o controle social dos ditos processos.” (TENÓRIO, 2012 p.19). Nessa perspectiva temos que, não só a participação como elemento importante, mas principalmente o ato de fala e ação como válidos e determinantes no processo de definição de estratégias.

Para que a cidadania deliberativa de fato esteja em movimento nas sociedades, é necessário que as esferas públicas sejam os espaços de validação. Esfera pública é um conceito habermasiano definido “como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomada de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos.” (HABERMAS, 1997, p. 92). Ou seja, a esfera pública é o espaço onde acontecem movimentações de interação social entre os indivíduos, além de discussões rotineiras em que se leva em conta os indivíduos para além de meros clientes, consumidores, religiosos ou outras denominações específicas de cada realidade. Nessa discussão, o autor ainda nos lembra que a esfera pública é mais que espaço de respeito mútuo entre direitos e deveres dos cidadãos, é necessário que nesse espaço seja identificado e compartilhado o bem comum, que são os indivíduos que compartilham de um mesmo ideal ou objeto, submetendo interesses pessoais em detrimento do desenvolvimento da realidade coletiva. Interessante o ponto de partida de Tenório, que salienta que o “bem comum ocorre sob perspectiva republicana” (TENORIO, 2012, p.24) pois, segundo ele é isso que suscita a participação com compromisso dos indivíduos na coletividade. Então, atitude republicana é a “capacidade da comunidade de controlar o seu próprio destino, o que caracteriza também a possibilidade de autogoverno” (TENORIO, 2012, p.25).

Assim, Jürgen Habermas legitima os espaços de debate organizados pela sociedade civil para deliberarem: as esferas públicas. Assim, deve refletir diretamente na implementação de políticas públicas locais. Para Habermas (2007: 62-3)

A cidadania deliberativa contribui para evitar a manutenção da divisão da sociedade entre superiores e subordinados, políticos e eleitores [...] espaços públicos constituído de cidadãos ativos evitam a estratificação social [bem como desenvolvem] plenamente o 'potencial de um pluralismo cultural' atuante 'conforme a sua própria lógica' potencial que, 'sem dúvida alguma é tão rico em conflitos e gerador de significado e sentido.

A cidadania deliberativa, em suma, pode ser delineada em traços gerais com base nos estudos de Tenório (1998, p. 18-19), como tipo de cidadania que visa a igualdade política e decisória, em que o indivíduo é incluído no processo democrático, uma vez que tem seu papel legítimo na sociedade e nas discussões que a permeiam. É, portanto, um processo de cidadania que é norteado pelas normas de democracia social e não pelo ideário de mercado.

Lamounier Villela (2012, p.39-40) explica como se deu o processo de formação dos princípios da cidadania deliberativa para nortear e mapear os critérios a serem utilizados nos processos decisórios da esfera pública brasileira e espaços de políticas públicas. Assim, Tenório e Kronemberger (2016, p.15) pautados em Habermas delimitam que,

Cidadania deliberativa significa, em linhas gerais, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum.

As seis categorias definidas por Villela (2012) são: processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum.

A categoria processo de discussão: refere-se ao diálogo e à troca de ideias entre os membros de uma sociedade. É através do processo de discussão que diferentes perspectivas e argumentos são compartilhados, examinados e debatidos, resultando em uma tomada de decisão mais transparente e legitimada. A segunda categoria diz respeito a inclusão: refere-se ao princípio de garantir que todos os membros de uma sociedade tenham igualdade de oportunidades e acesso aos direitos e benefícios sociais. Isso implica em superar desigualdades e marginalizações para permitir que todos participem plenamente da vida política e social. Pluralismo é a categoria que trata do reconhecimento e valorização da diversidade de opiniões, valores, identidades e interesses presentes em uma sociedade. O pluralismo político defende que a coexistência pacífica e a colaboração entre diferentes visões de mundo são essenciais para uma democracia saudável. A categoria, nomeada igualdade participativa: trata-se da ideia de que todos os cidadãos devem ter uma oportunidade igual de participar nos processos políticos

e de tomada de decisões que afetam suas vidas. Isso envolve a garantia de que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, independentemente de status social, econômico ou qualquer outra forma de privilégio. Autonomia diz sobre a categoria que trata da capacidade de os indivíduos agirem de acordo com sua própria vontade e raciocínio. Na esfera política, a autonomia implica que os cidadãos tenham a liberdade e a capacidade de participar ativamente na tomada de decisões e de moldar seu próprio destino político, além de apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas e da liberdade de agir por si próprio. E por fim a categoria bem comum, que é uma categoria que se refere ao interesse coletivo ou o que é considerado benéfico para toda a sociedade. Buscar o bem comum significa tomar decisões e implementar políticas que visem o benefício e o progresso da comunidade como um todo, em oposição a interesses particulares ou grupos específicos.

2.4 Associativismo e práticas associativas

Ao pensar em associativismo, o nome de Alexis de Tocqueville é inevitável. O autor defende em sua obra intitulada *A Democracia na América* (1998) a importância do associativismo, ou “a arte de se associar” como um instrumento de manutenção da democracia, isto é, sem necessariamente intervenção política ou como forma única de reivindicação. Tocqueville afirma que os Estados Unidos do século XIX, tem o associativismo como “instrumento de agregação de interesses comuns dos indivíduos” (GANANÇA, 2006, p. 17). Tocqueville (1977, p. 392) ainda afirma que a associação é fundamental para que haja a existência e manutenção da democracia:

a associação é a ciência mãe; o progresso de todas as outras depende do progresso daquela. Entre as leis que regem as sociedades humanas existe uma que parece mais precisa e mais clara que todas as outras. Para que os homens permaneçam civilizados ou assim se tornem, é preciso que entre eles a arte de se associar se desenvolva e aperfeiçoe na mesma medida em que cresce a igualdade de condições.

No Brasil, as primeiras associações surgiram no período colonial, principalmente, no âmbito religioso. Mas foi somente na Constituição de 1946 que foi assegurado o livre direito de associação. No Brasil atual também há uma gama diversa de tipos de associações distintas que nos levam em seus arcabouços diferentes tipos de práticas associativas. Por esse motivo, assumimos que “a realidade associativa está longe de ser insignificante na dinâmica democrática brasileira.” (LAVILLE, 2006).

No cenário de associações, valores se destacam na forma de organização e gestão dessas instituições. A primeira delas é a solidariedade, que pelo sociólogo francês Emily Durkheim, pode ser dividida em mecânica e orgânica, a primeira delas sendo a solidariedade pautada nas relações mais próximas, onde há consciência coletiva em detrimento da individual. A segunda delas é a denominada orgânica, em que Durkheim define como aquela que é baseada nas individualidades e diferenças existentes aos indivíduos. Nessa solidariedade em questão, também chamada de solidariedade negativa “a divisão do trabalho social aplicada em todos os aspectos a especialização dos indivíduos e grupos e concomitantemente os integrariam numa rede de relações sociais desencadeadoras de integração, dependência mútua, cooperação” (ARAÚJO, 2005, p. 67).

Para além da solidariedade, destaco a ajuda mútua também como um valor associativo, uma vez que é o movimento de agir em prol do outro na expectativa de que, quando houver necessidade, esse outro ator social agirá nos mesmos moldes.

As práticas internas das associações são consideradas causas de melhores condições econômicas e sociais, promotoras de melhores condições de vida coletiva e individual. Paul Singer (2002) destaca a autogestão como uma relação socioeconômica baseada em princípios da distribuição, segundo o trabalho e não somente sobre o capital e os meios de produção. Ou seja, as decisões são tomadas pela equipe e as tarefas divididas entre os mesmos.

A economista americana Elinor Ostrom também enfatizou a importância das práticas associativas e da autogestão na resolução de problemas comuns e na promoção da sustentabilidade. Campos (2006) e Ostrom (1990) defendem as diversas vias de resolução, afirmando que a igualdade participativa e o processo de discussão são essenciais como práticas associativas. Temos que: “Logo, a grande descoberta identificada em seu trabalho de campo é a de que não existe um padrão único para se chegar a uma solução.” (PEREIRA; CABRAL; PEREIRA, 2015 p. 117). Observamos outro fator de relevância que podemos destacar no seguinte trecho de Pereira, Cabral e Pereira (2015, p.117) “Sendo assim, essa interação social, além de encorajar os indivíduos para a ação coletiva, propicia também a chamada “conversa fiada”, ou seja, “a possibilidade do estabelecimento de acordos sem a necessidade de imposição por parte de uma autoridade externa.” Caracterizando e ainda reforçando que os laços e relações humanas vão além do fazer institucional em organizações formais, ampliando a visão do ser humano como sociável e de um campo de visão geral.

Contribuindo ao debate, Pedro Demo defende a importância da participação ativa dos indivíduos na construção de uma sociedade mais democrática e justa. Nesse sentido, o associativismo pode ser visto como uma forma de participação cidadã que permite aos

indivíduos se organizarem e agirem coletivamente para alcançar objetivos comuns. Demo, em *Cidadania Pequena* (2008), enfatiza a importância do associativismo como uma forma de participação cidadã ativa e como um instrumento para fortalecer a sociedade civil. Ele argumenta que o associativismo promove a autonomia dos indivíduos, permitindo-lhes se unir e tomar medidas coletivas para enfrentar desafios e buscar interesses comuns. Ainda para o autor, a associação ultrapassa os limites de uma simples adesão a uma organização. Ele destaca que as práticas associativas podem ser espaços de aprendizado, formação política e desenvolvimento humano. O envolvimento em associações permite aos indivíduos adquirirem habilidades sociais, desenvolverem suas capacidades de liderança, fortalecerem sua consciência crítica e participarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

2.5 Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador

O Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador (DRPE) se caracteriza como uma metodologia participativa utilizada em diversos contextos, dentre os quais, projetos de desenvolvimento comunitário e rural. Ele é baseado na ideia de que os membros da comunidade possuem um conhecimento valioso sobre suas próprias necessidades e problemas, e devem ser os principais agentes de mudança em seus próprios processos de desenvolvimento. “As metodologias participativas reúnem vários métodos que estimulam a ação e o aprendizado conjunto, possibilitando o acesso dos sujeitos ao poder decisório, que conseqüentemente, propicia o empoderamento dos atores envolvidos e da organização.” (CARMO, 2022 p. 9).

O diagnóstico é um processo circular e cumulativo, como definido por Pereira (2017), que consiste na formação da equipe interdisciplinar, formação da equipe, levantamento de dados secundários sobre a coletividade estudada, sistematização das informações, mobilização da coletividade, aplicação do método, sistematização de todas as informações coletadas, elaboração do relatório final, apresentação do relatório final e avaliação do trabalho. (PEREIRA, 2017).

O DRPE pode ser considerado um instrumento da gestão social, pois se baseia em princípios de participação, diálogo, transparência e cooperação, que são fundamentais para a construção de processos de gestão mais democráticos e efetivos. Além disso, o diagnóstico é caracterizado por ser um processo colaborativo, onde os participantes são encorajados a compartilhar suas opiniões, experiências e conhecimentos em grupo, a fim de identificar os principais problemas e oportunidades de desenvolvimento em sua comunidade.

Os participantes são conduzidos pela equipe interdisciplinar por meio de técnicas durante cinco dias de diagnóstico, as técnicas sugeridas pelo autor são: Apresentação, Mapeamento, Rotina Diária, Caminhada Transversal, Entrevistas Individuais, Diagrama de Venn, Calendário Sazonal, Matriz Realidade/Objetivo e Eleição de Prioridades, (Pereira, 2017). Além dos condutores das técnicas, a equipe é disposta também em observadores/anotadores, aqueles que sistematizam os debates em pauta e sistematizam informações mesmo que não verbalizadas.

De caráter emancipatório, busca levar a reflexão crítica às comunidades para que elas possam se tornar agentes de mudança em seus próprios processos de desenvolvimento, fundamentado nos conceitos de democracia representativa, participativa e deliberativa; da ação comunicativa de Habermas; e do processo de Educação Dialógica de Paulo Freire.

Em definição ampla: “os objetivos do DRPE estão voltadas para as bases de um processo de conscientização dos participantes que lhes permita se mover de uma situação de dependência ou tutorial para uma situação sustentada e emancipada, na perspectiva da educação dialógica de Paulo Freire (1987)” (PEREIRA, 2017 p. 24).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é classificada como qualitativa, por se tratar da identificação e descrição da realidade de uma determinada localidade e/ou grupo estudado, nesse caso, da realidade da Associação de Mulheres Agricultoras de Perdões, MG – Amagri, segundo o relatório do DRPE (2021) Associação conta com 35 associadas e foi fundada no ano de 2017 . A associação tem como princípios norteadores do trabalho, a economia solidária e está estruturada na produção de alimentos, subdividida em frentes de trabalho para que sejam contempladas todas as associadas em suas vertentes de ocupações. A Amagri conta com associadas que se identificam como quitandeiras, cafeicultoras e artesãs. Sobre o âmbito administrativo da associação temos a diretoria que é formada por seis membros efetivos, sendo a presidente, vice-presidente, diretora-tesoureira, segunda tesoureira, diretora-secretária e segunda secretária, eleitas para um mandato de quatro anos, sendo permitida a reeleição.

As atividades da associação se concentram na feira livre municipal, no edital do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Importante também salientar que algumas produtoras possuem mecanismos próprios e individuais de comercialização da produção excedente. Além das atividades ligadas ao lado econômico, a associação busca realizar atividades mensais para discussão de atividades e participação em cursos e assessorias.

A escolha da associação se deu pela caracterização inicial da associação e o motivo pelo qual foi fundada, além disso, o fator de proximidade e acessibilidade foi de extrema relevância, uma vez que a associação é um empreendimento em fase de incubação pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOOP da Universidade Federal de Lavras – UFLA.

Segundo Godoy (2005) a descrição dos fatos é o fator que caracteriza que, na pesquisa qualitativa o pesquisador não está preocupado somente com o resultado, mas essencialmente com o processo metodológico percorrido até que seja atingido o fim almejado. Desse modo, este estudo é classificado como descritivo e foi utilizado na pesquisa de campo como instrumento de investigação da pesquisa. Além disso, utilizou-se também a análise documental de atas e estatuto da associação, para interpretação de dados.

Os dados empíricos foram reunidos prioritariamente pelo Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador – o DRPE, cujo diagnóstico aconteceu entre os dias 22 a 24 de outubro de 2021 no Mundo Cênico, na região central do município de Perdões.

As categorias de análises utilizadas no trabalho são pautadas nos critérios de cidadania deliberativa sistematizados no texto de Villela (2012). A descrição das categorias e critérios da Cidadania Deliberativa são apresentados no Quadro 1.

Categorias	Critérios
<p>Processos de discussão: discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.</p>	<p>Canais de difusão: existência e utilização de canais adequados ao acesso à informação para a mobilização dos potenciais participantes.</p>
	<p>Qualidade da informação: diversidade, clareza e utilidade da informação proporcionada aos atores envolvidos.</p>
	<p>Espaços de transversalidade: espaços que atravessam setores no intuito de integrar diferentes pontos de vista.</p>
	<p>Pluralidade do grupo promotor: compartilhamento da liderança a fim de reunir diferentes potenciais atores.</p>
	<p>Órgãos existentes: uso de órgãos e estruturas já existentes evitando a duplicação das estruturas.</p>
	<p>Órgãos de acompanhamento: existência de um órgão que faça o acompanhamento de todo o processo, desde sua elaboração até a implementação, garantindo a coerência e fidelidade ao que foi deliberado de forma participativa.</p>
	<p>Relação com outros processos participativos: interação com outros sistemas participativos já existentes na região.</p>
<p>Inclusão: incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas</p>	<p>Abertura dos espaços de decisão: processos, mecanismos, instituições que favorecem a articulação dos interesses dos cidadãos ou dos grupos, dando uma chance igual a todos de participação na tomada de decisão.</p>
	<p>Aceitação social, política e técnica: reconhecimento pelos atores da necessidade de uma metodologia participativa, tanto no âmbito social, quanto no político e no técnico.</p>
	<p>Valorização cidadã: valorização por parte da cidadania sobre a relevância da sua participação.</p>
	<p>Participação de diferentes atores: atuação de associações, movimentos e organizações, bem como</p>

Pluralismo: multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas.	cidadãos não organizados, envolvidos no processo deliberativo.
	Perfil dos atores: características dos atores em relação as suas experiências em processos democráticos de participação.
Igualdade participativa: isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas.	Forma de escolha de representantes: métodos utilizados para a escolha de representantes.
	Discursos dos representantes: valorização de processos participativos nos discursos exercidos por representantes.
	Avaliação participativa: intervenção dos participantes no acompanhamento e na avaliação das políticas públicas.
Autonomia: apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.	Origem das proposições: identificação da iniciativa das proposições e sua congruência com o interesse dos beneficiários das políticas públicas adotadas.
	Alçada dos atores: intensidade com que as administrações locais, dentro de determinado território, podem intervir na problemática planejada.
	Perfil da liderança: características da liderança em relação à condução descentralizadora do processo de deliberação e de execução.
	Possibilidade de exercer a própria vontade: instituições, normas e procedimentos que permitam o exercício da vontade política individual ou coletiva.
Bem comum: bem-estar social alcançado através da prática republicana.	Objetivos alcançados: relação entre os objetivos planejados e os realizados.
	Aprovação cidadã dos resultados: avaliação positiva dos atores sobre os resultados alcançados.
	Inteligibilidade: capacidade de compreensão das informações.
	Promoção do controle social: capacidade de promoção do controle social.

Fonte: Adaptado de Villela (2012, p. 39-40); Cançado, Tenório e Pereira (2015, p. 195-198).

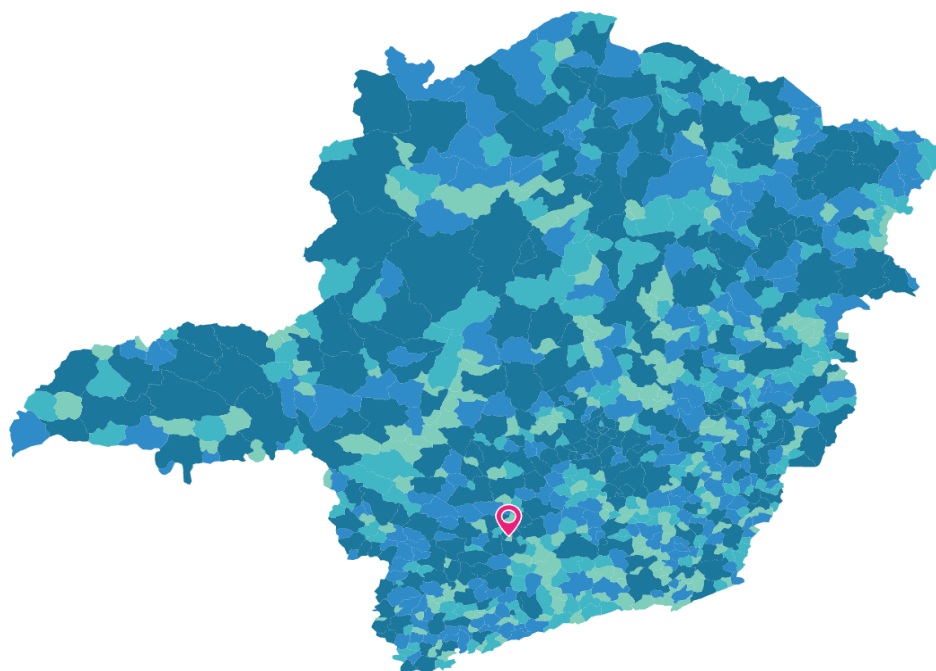
Em segundo momento foi utilizado o instrumento de entrevistas para que fossem identificadas algumas questões que ainda ficaram amplas na realização do DRPE. Desse modo, foi elaborado um roteiro de questões pautadas especificamente nos critérios mencionados por Villela (2012) e realizado com 6 associadas da Amagri, sendo elas 2 associadas, membros da diretoria e 4 associadas, das diversas áreas abordadas no interior da associação, quitandeiras,

agricultoras e artesãs. A fim de preservar a identidade das associadas foi também utilizados codinomes que expressam o sentimento das mulheres em relação à associação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

A associação estudada está localizada no município de Perdões, ao sul do estado de Minas Gerais. Perdões é uma cidade localizada na microrregião de Campo Belo, a oeste do estado de Minas Gerais, possuindo como região intermediária Varginha e região imediata, Lavras. Perdões está localizada no km 677 da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, dista à 213,0 km de distância por estrada da capital do estado e dista 28 km de estrada do município de Lavras. O município contava com 20.087 habitantes de acordo com o censo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de 2010 e em 2022 é de 21.384 habitantes, a densidade demográfica do município é de 74,22hab/km². Ainda segundo o IBGE (2020), o PIB – Produto Bruto Interno per capita do município era de R\$26.988,16. Sobre o trabalho e rendimento no município de Perdões temos que em 2020, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. E a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22.1%.

O Mapa 1 mostra a localização do município no estado de Minas



Mapa 1: Mapa do Estado de Minas Gerais, localização do município de Perdões - MG

Fonte: IBGE Cidades – 2021

Quanto aos índices de vulnerabilidade social, em 2019, 31,84% da população estava cadastrada no CadÚnico do Ministério da Cidadania, o que sugere a intenção de se candidatar

a algum tipo de auxílio ou programa do governo federal na área de assistência social. A esse respeito, 9,83% da população cadastrada era considerada pobre ou extremamente pobre, sendo certo que 6,92% da população extremamente pobre inscrita no CadÚnico não sabia ler nem escrever e 0,59% residia em moradias sem saneamento básico. Além disso, em 2019, 8,09% da população total de Perdões era composta de pessoas pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, percentual que chegou a atingir 14,49% em 2014.

Importa destacar que o acesso a empregos formais é um fator de afastamento da exposição à vulnerabilidade social, na medida em que garante direitos trabalhistas e sociais, tais como licença maternidade, auxílio doença e aposentadoria. O acesso a esses direitos promove maior autonomia e melhoria da qualidade de vida. Assim, o gráfico 4 demonstra que a ocupação da população em trabalhos formais apresentou ligeiro aumento em Perdões, nos anos de 2014 e 2018, e que houve decréscimo da população desocupada cadastrada no CadÚnico.

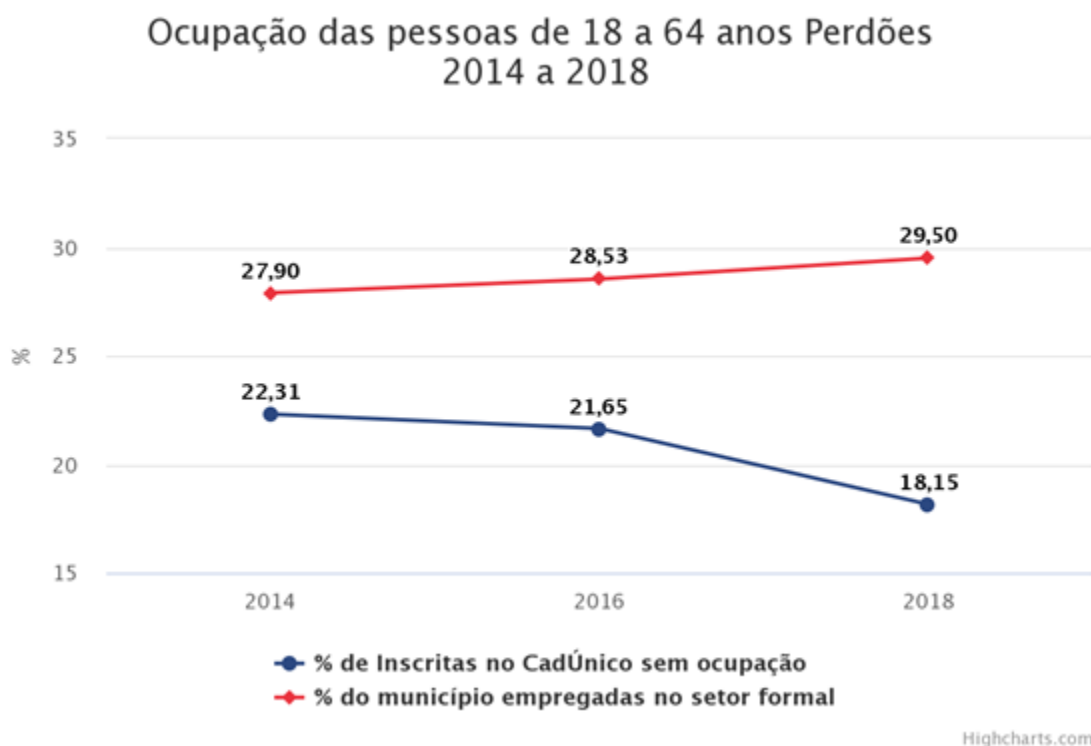


Gráfico 1. Ocupação da população economicamente ativa em Perdões, 2014-2018

Fonte: IMRS, 2021.

Especificamente, sobre as instituições que desempenham, deliberam, monitoram e executam ações de assistência social, tem-se que, numa escala entre 0 a 1, o Desenvolvimento do Conselho de Assistência Social, foi de 0,33 em 2017; o Centro de Referência na Assistência Social (CRAS) obteve pontuação de 0,42 em 2019 e o Centro de Referência Especializado em

Assistência Social (CREAS) obteve pontuação de 0,33. Destaca-se que a pontuação dos dois últimos leva em conta estrutura física, recursos humanos e serviços de proteção social básica ofertados.

Foi em berço perdoense que nasceu a Amagri, em maio de 2017, através de esforços múltiplos de agricultoras, da Prefeitura Municipal, da Secretaria de Agricultura, da Secretaria de Assistência Social e da EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, com o objetivo maior de unir as agricultoras para o fortalecimento de suas atividades e fornecer seus produtos à política pública PAA -Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. A Associação conta com um diretoria de 6 membros, divididos em presidente, vice-presidente, diretora tesoureira, 2ª tesoureira, diretora secretária e 2ª secretária, que segundo o estatuto são eleitas para mandatos de quatro anos.

Segundo as próprias associadas, o principal objetivo da associação é a valorização da agricultura e a qualidade de vida oferecida através dos alimentos oferecidos nas políticas do PAA, PNAE, na Feira Livre Municipal e nas vendas diretas por comercialização própria. (AMAGRI, 2022). Além da entrega de alimentos, a AMAGRI desenvolve papel cultural na cidade; desde de 2021 a associação participa junto a Prefeitura Municipal de atividades que fomentam o turismo rural e de eventos promovidos por parceiros da associação.

Tendo em vista o desenvolvimento da AMAGRI, em 2021, a associação procurou a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - INCUBACOOOP, entidade da Universidade Federal de Lavras - UFLA, para ser um dos empreendimentos incubados e fortalecer a associação na região. Nesse cenário, a associação efetivou vínculo com a incubadora em junho de 2021 iniciando o trabalho de aproximação. E foi em outubro de 2021 que aconteceu a primeira etapa de incubação da AMAGRI, o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador - DRPE, entre os dias 22 e 24 de outubro.

Partindo do contexto apresentado de incubação da associação e instrumentos metodológicos percorridos anteriormente, para análise da cidadania deliberativa na associação. E perceber através das categorias, como as práticas associativas são desenvolvidas enquanto associação, aumentando o diálogo interno e externo ao núcleo da AMAGRI.

Processo de Discussão

A categoria processo de discussão permite analisar através de seus critérios como se dá a discussão de problemas e como é gerida a comunicação na associação estudada.

A *qualidade da informação* na AMAGRI, passa diretamente pelos canais de comunicação internos da associação. Atualmente, os mecanismos de comunicação interna da associação são as atas de reuniões e principalmente o grupo do Whatsapp. As associadas consideram como canais eficientes ao que tange às discussões propostas, uma vez que é uma comunicação rápida. Mas percebe-se que um canal de comunicação ainda está em construção em: “WhatsApp, o grupo está mais ativo. É que antes ninguém respondia. Ninguém respondia. - Gratidão”

No diagnóstico, uma queixa relatada pelas associadas foi a comunicação interna, como pode-se perceber pelo resultado da técnica Matriz Realidade Objetivo, em que a segunda realidade exposta foi a dificuldade de comunicação entre as associadas, como exibida na imagem 1 a seguir.

REALIDADE	CAMINHOS	OBJETIVOS
1- DIFICULDADES EM CONVENCER O TRABALHO NA ROÇA COM A MANEIRA SÁBIA NA AMAGRI	1- ENSINAR PELO EXEMPLO, SENSIBILIZAR AS ASSOCIADAS PELO CONVITE À PARTICIPAÇÃO DE REUNIÕES, CURSOS, ETC. EAFE	1- CONSCIENTIZAR TODAS AS ASSOCIADAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA AMAGRI; R\$80,00
2- DIFICULDADES DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS ASSOCIADAS	2- Agendar reuniões periódicas pl prestação de contas; disponibilizar as atas no grupo	2- Criar outros meios de comunicação além do whatsapp; R\$10,00
3- Distribuição de atribuições centralizadas em poucas associadas	3- Remunerar a atividades administrativas; conhecer as habilidades de cada associada; realizar cursos de capacitação; partilhar o conhecimento em reuniões	3- Descentralizar as atividades da AMAGRI R\$30,00
4- Ausência de sede própria e infraestrutura pl guardar pertences, documentos, computadores, etc.	4- captar recursos pl alugar sala; firmar parcerias;	4- Buscar um local adequado às suas necessidades R\$35,00
5- Informações distorcidas pela Prefeitura em relação ao PNAE	5- Participar do Conselho de Alimentação Escolar (CAE)	5- Alcançar o percentual de 30% nas vendas pl o PNAE; R\$50,00

Imagem 1: Produto final técnica Matriz Realidade Objetivo

Fonte: DRPE, outubro de 2021

A mudança de hábitos dentro da AMAGRI ao que tange a qualidade da informação na comunicação interna é nítida em:

a gente tem o grupo do whatsapp que a gente vai conversando, a gente também resolve as coisas pelo grupo. Agora o grupo está mais desenvolvido, porque a gente trabalha, fica corrido, uns demora pra responder, a gente fala de novo - Carinho

Quanto aos *canais de difusão* na associação, relata-se, as redes sociais da AMAGRI e o Jornal Voz, jornal local do município de Perdões, além da divulgação através da comercialização dos produtos da associação e o site recém criado. A fala a seguir de uma associada reflete a eficácia dos canais de difusão utilizados atualmente, uma vez que o trabalho da AMAGRI vem sendo reconhecido na cidade e na região, advindo dos canais mencionados.

porque antes a gente ficava pedindo pra participar, né? Hoje em dia eles que convidam muito a gente pra participar. [...] E assim, e a gente pega também outros lugares, a gente não mexe só com a matéria de perdões, a Emater, Santo Antônio, Campo Belo, então a amagri tem essa porta de entrada assim em vários lugares. - Gratidão

Os espaços que atravessam setores na intenção de integrar diferentes pontos de vista são chamados *espaços de transversalidade*, que na AMAGRI se concretizam nas reuniões, assembleias e reuniões de alinhamento junto a outras entidades que auxiliam no desenvolvimento da associação, pois é quando as comissões de trabalho se juntam para discutir temáticas em conjunto.

Nós temos reuniões mensais, nós temos também o acompanhamento com o SEBRAE, então esse já fica uma agenda fixa né? Então nesse dia de reunião com o SEBRAE é da cultura da cooperação, aí nós elencamos outros assuntos e discutimos e na reunião a gente discute as pautas. - Cumplicidade

Portanto, temos que os espaços de transversalidade, que integram o processo de discussão interno a associação a reunião geral, grupo do whatsapp e as comissões de trabalho. Essas comissões integram diretamente a análise da *pluralidade do grupo promotor*, que é o compartilhamento da liderança, ou seja, a divisão interna de tarefas e direcionamento.

nós fizemos a divisão em relações institucionais, marketing tem uma equipe que fica pra fazer a ação de marketing pra pensar, pra pensar em conteúdo, pra

poder fazer também convite, cartaz, essas coisas. Tem a equipe de compras, a gente tem uma que é compras em conjuntos que a gente tá tentando alavancar, né? Porque se todo mundo comprar o que necessita junto, pode ter um resultado melhor. - Cuidado

Aí tem o planejamento da produção. Pra gente ter um cronograma, porque a gente atende o PNAE. O PNAE exige muito da gente. Então assim, a gente tem que ter um cronograma de plantio. E agora tem a comissão da agroindústria que a gente quer montar a agroindústria então a gente põe três quatro membros responsáveis para estar puxando as documentações, tudo que vai ser necessário. Gratidão

As comissões elencadas permitem, de acordo com afinidade e disponibilidade, que as associadas trabalhem assuntos específicos dentro da AMAGRI, com mais autonomia e desenvolvendo em pequenos grupos a liderança, assim é utilizado de um recurso que discute em núcleos e é levado a reuniões gerais para deliberação, o que faz do critério *órgãos existentes*, ter um satisfatório resultado de análise, uma vez que não encontra-se na associação a duplicidade de estruturas.

Estruturas nesse sentido também se aplicam a unidades promotoras externas à associação, em que participa-se de coletivos e grupos para interação e troca na região. *A relação com outros processos participativos* é evidente na AMAGRI. A associação conta com cadeira em conselhos municipais:

Eu, por exemplo, participo do Conselho da Mulher, que foi implantado aqui, né, desde o ano passado, se não me engano. E a Magri tem uma cadeira e tem também outras, noutros concelhos - Cuidado

eu até que participo do Conselho de Assistência Social, que é o Conselho Municipal de Assistência Social, que tem uma reunião trimestral e algumas de urgência também e a gente tem voto, voz ativa e agora no CAE -que é o conselho de alimentação escolar - Cumplicidade

tem o de cultura também, são quatro. Cada associado é responsável por um conselho. - Gratidão

Além dos conselhos, a AMAGRI elenca importantes parceiros na rotina da associação, identificados na técnica Diagrama de Venn, explorada posteriormente.

Quanto aos *órgãos de acompanhamento*, não foi possível identificar a presença de nenhum órgão em atuação.

não faz da maneira que deveria fazer. a gente participa, né? Está ali junto nas discussões, mas assim não tem um relatório montado, falando. Seria tão interessante incentivar, né? Falar, montar... A gente só monta a ata. Aí o conselho daria sequência, o parecer dele referente a reunião, né? Algo a se pensar. - Gratidão

É válido ressaltar que a associada percebe a necessidade de um órgão nesse sentido e que cogita a possibilidade de implementação futura.

Inclusão

A respeito da segunda categoria de análise, é abordado como se dá a integração de indivíduos. O critério abertura dos espaços de decisão traz a análise da abordagem utilizada no processo de tomada de decisão e se há chance igual a todos de participação. Pode-se perceber que na coletividade esses espaços são utilizados de forma coerente ao que se propõe, uma vez que as comissões são utilizadas e todas associadas participam de pelo menos uma comissão, onde podem deliberar e exercer a liderança.

Então a gente sempre divide, aí tem as que ficam mais responsáveis . Exemplo, as que ficam mais responsáveis pelo marketing, tem as que ficam mais responsáveis pelas quitandas, para fazer as quitandas, tem as responsável que organiza mais negócio de papel que tem a. Que faz o organiza o lugar, então, no evento é tipo assim a gente tem grupinhos para, para poder distribuir mais e ficar melhor, né? Porque é poucas para fazer tudo, aí acaba que não fica perfeito, aí é uma de que ajuda mais. - Afeto

Na realização do método DRPE, também foi possível identificar a abertura de espaços, pela abrangência de produtos, que a associação fornece e não há nenhum tipo de restrição

quanto ao produto de uma associada que pode vir a somar a AMAGRI, o que é visível no produto da técnica Entra e Sai, em que as associadas puderam avaliar a inserção da AMAGRI no mercado local através o quadro proposto. Onde é observado a produção alimentícia de diferentes perspectivas, granjeiro, lácteo e hortifruti e ainda a produção de artesanato que completa a carta de produção da AMAGRI. O resultado está na imagem 2.

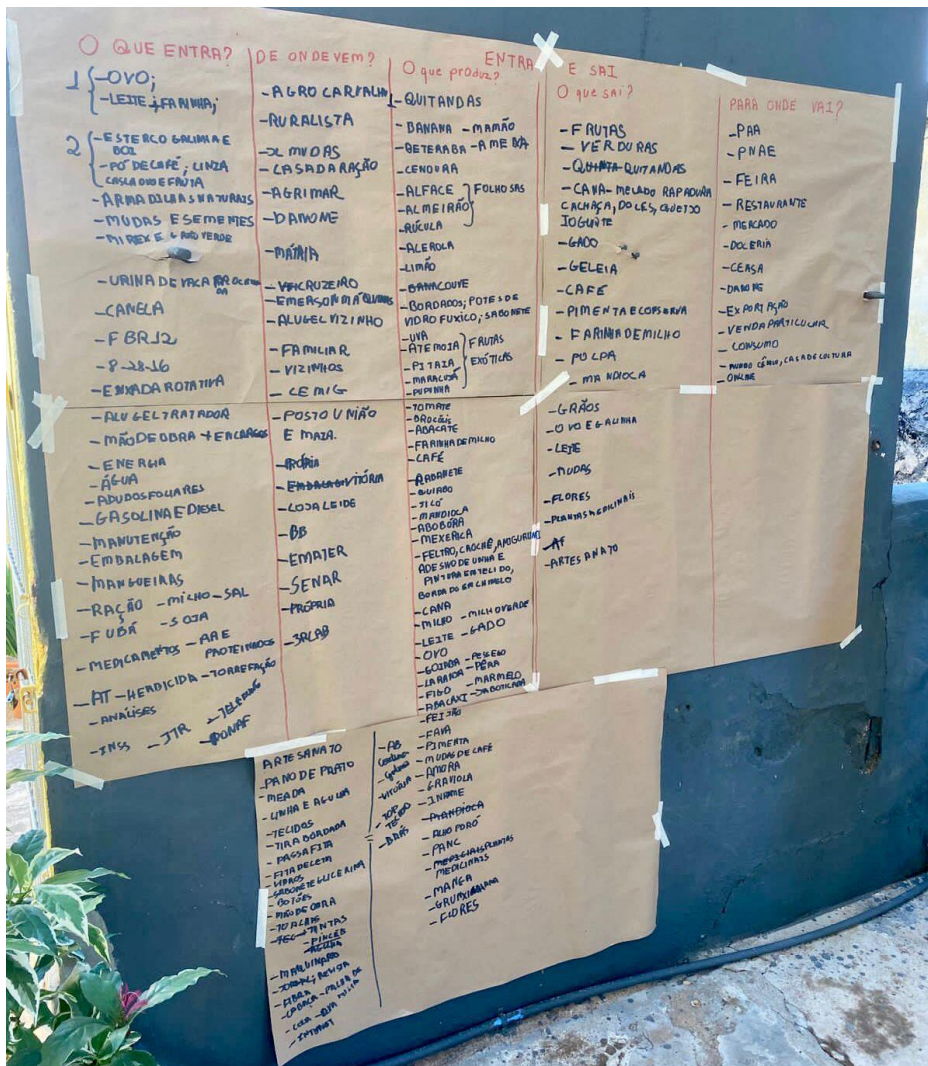


Imagem 2: Técnica Entra e Sai

Fonte: DRPE – Amagri, 2021

A *aceitação social, política e técnica*, critério que diz sobre o reconhecimento da necessidade de uma metodologia participativa pelos atores sociais, ainda está em fase de desenvolvimento pelas associadas. Pode-se perceber que as associadas que entraram recentemente, ainda não possuem essa aceitação de forma desejada, como é notado nas falas de uma entrevistada ao longo da conversa “Isso não sei, não posso te responder, porque estou meio por fora”, “Eu também não sei, não tive ainda assim, to muito nova. Mas acho que todo mundo la fala” ou ainda “Olha, eu não falo muito não, mais escuto” (Alegria). Entretanto, nota-se a busca pela associação, por atores externos para que de fato auxiliem a AMAGRI em processos metodológicos participativos.

É, a gente tem um leque assim, tem um leque de atores, vamos dizer assim. Vamos dizer assim, você tem um leque de atores que atuam em diferentes áreas. A Dani é uma peça fundamental muito acadêmica. Ela tá ligada a universidade, if do Sul de Minas e ela é doutora, né? Na área do café, então ela traz o café, tudo isso não encabeça muito muitas questões e que são interessantes, né? pro desenvolvimento da cidade, das dessas mulheres e tal e desses assuntos, vamos dizer assim, né? Desses temas, a gente tem a Ju que é uma pessoa também muito.. que tem uma uma visão muito ampla assim dos projetos do que que vai ser de pensar o futuro uma programação né? Não é só o PAA o PNAE e tem por um lado se tem a figura da presidente que é uma pessoa empenhada, que quer que continue ganhar, que quer que continue o paa, que continue o pnae, que quer que o aumente, quer que as pessoas se participem disso também, né? Porque são essas mulheres que vão colher, plantar, né? - Cumplicidade

Eu sou meio tímida, né? Aí no começo aí eu. Eu tinha medo de falar alguma coisa errada, de perguntar uma coisa errada, então aí eu tinha meio medo. Agora, agora não. Agora eu sempre falo o que eu tenho, o que eu imagino, dou alguma ideia que eu penso na hora da reunião, na hora das conversas, tipo assim. Agora, o que eu penso é, eu consigo agora falar normal, é que tipo assim, ó, eu acho que a diferença é ele é que para trás a gente não conhecia muito mais outras, né? - Afeto

Nessa sessão, relembro ainda as instituições citadas na técnica Diagrama de Venn e o relato das associadas de que todas as parcerias foram resultado de uma busca interna por instituições de apoio.

É notável o cuidado que as associadas têm umas com as outras, caracterizando como *valorização cidadã*, que é instrumentalizado com o café solidário das reuniões presenciais, com conversas amigas e momentos de descontração entre elas.

Sempre a gente tem sempre a gente faz o café agora a gente está fazendo o café que elas levam. Por quê? Para elas se sentirem valorizadas de estar levando, participando, contribuindo. Na reunião a gente sempre deixa uma fala pra elas, né? A gente passa de uma a uma. Nessa última reunião eu perguntei qual o valor que elas vêm na associação que foi pra cada uma. Deixei elas se apresentarem qual o valor que você vê? Qual é a importância da associação para vocês pra estarem participando né? E por exemplo assim eu vou analisando quem eu vejo que está precisando de mim eu marco uma reunião sento conversa Gratidão

Tem o café mesmo, em todas as reuniões eu não falta, eu gosto de ir, de participar e é muito bom estar reunida com as meninas, a Amagri é uma família para gente, muito bom. A motivação é de conversar de se sentir acolhida - Carinho

Mas eu, eu amo tanto associação de escutar, é de participar de. Aprender coisas novas, de nos reunir, conversar, que a hora que eu volto pra casa, aí eu pego. Eu estou cheia de ideias na cabeça Ai, porque parece que dá aquele “up” nas minhas ideias e eu fico muito feliz. - Afeto

Percebe-se que o espaço inteiramente feminino deixa as associadas confortáveis a fala e valorizadas enquanto mulher, como foi retratado no DRPE na AMAGRI e também por Reis (2022, p. 68) em que as associadas falam abertamente da relação de negociação para que consigam participar das atividades da associação.

A associada relatou que negocia com ele quais as atividades ela vai poder participar, abre mão de algumas para ir em outras. A falta de apoio e o ciúme por parte de alguns maridos, também foi relatado, como um fator que dificulta a participação delas nos encontros do grupo.

Portanto a valorização nesse quesito vai além da mulher enquanto associada, passa a ver a valorização enquanto mulher, ser integral, visto que a AMGRI se tornou um espaço de acolhimento para muitas mulheres associadas.

Pluralismo

A multiplicidade de atores é analisada na associação pela ótica da participação de diferentes atores e perfil dos atores. O primeiro critério pode ser observado pelo resultado da técnica Diagrama de Venn, utilizada no DRPE. Na técnica, as associadas elencaram instituições, discutiram a importância e proximidade desses atores em relação à associação e posteriormente desenharam círculos para representar a discussão.

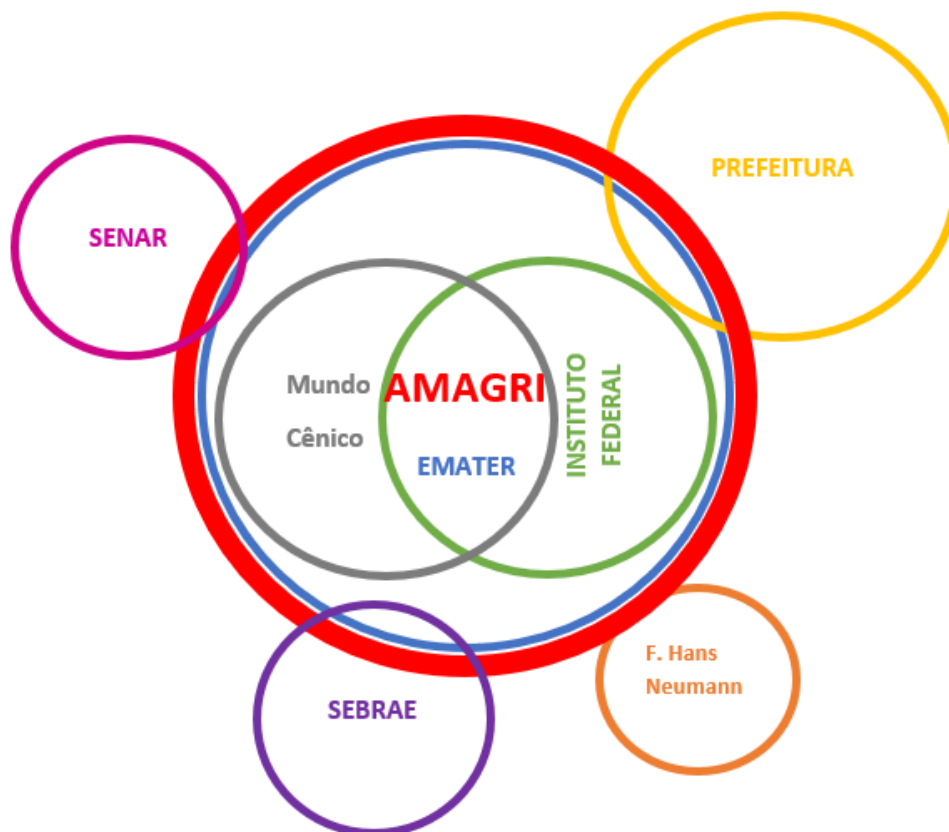


Figura 1. Instituições e organizações parceiras da Amagri. As cores dos círculos correspondem às cores das letras de cada instituição/organização.

Fonte: DRPE – Amagri, 2021

Para além das instituições representadas no resultado da técnica, foram elencadas instituições parceiras previamente que estão representadas na imagem 3 a seguir:

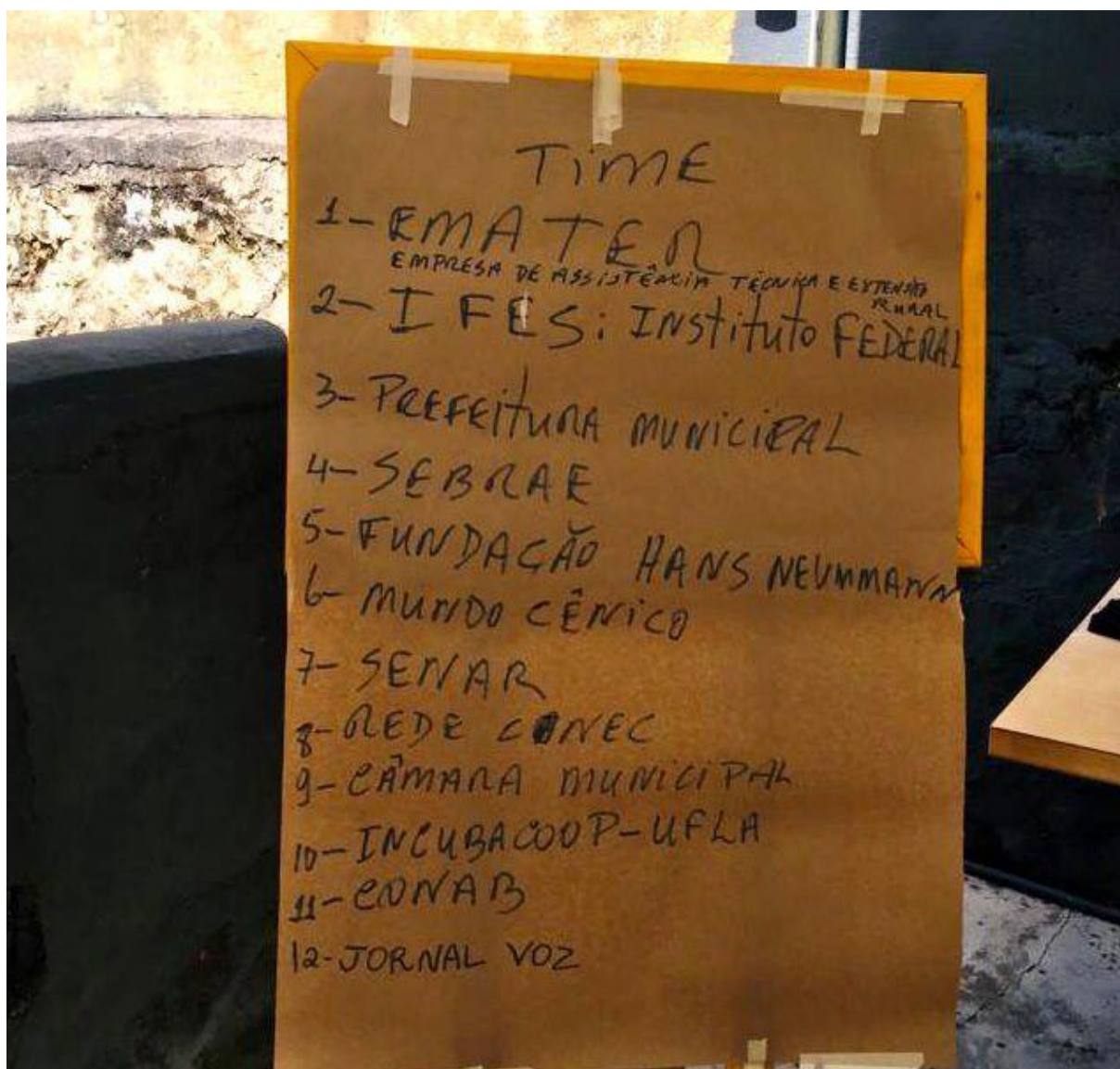


Imagem 3: Técnica Diagrama de Venn

Fonte: DRPE – Amagri, 2021

Depreende-se que essas são instituições mais relevantes na AMAGRI e que estão diretamente conectadas com as atividades diárias. Para além desses, as instituições que recebem os alimentos da associação através das políticas públicas PNAE e PAA, também se configuram como participantes no ciclo da AMAGRI: o Lar Vicentino Chico Norberto, APAE, Santa Casa, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, Lar, Trabalho e Escola do Menor Perdoense – LATEMP, Associação Projeto Vida Nova e Assistência Social e escolas da rede pública de educação básica. Somado aos conselhos municipais já citados previamente.

O perfil dos atores envolvidos também pode ser percebidos pelas técnicas aplicadas, pela ordem que são enumeradas e pelo tamanho e distância do círculo em relação ao círculo principal, a AMAGRI.

Igualdade Participativa

A forma de escolha de representantes, discurso dos representantes e a avaliação participativa são os critérios utilizados para análise da isonomia da atuação nos processos de tomada de decisão. Quanto à forma de escolha da diretoria da associação, as associadas relatam o uso do sistema de votação e que o peso do voto é simbolicamente o mesmo.

A gente tem a comissão, a Assembleia, tudo certinho. Votação, estatuto. A gente está no segundo mandato da nossa presidência, diretoria. Aí em dois mil e vinte e cinco termina essa que eu estou. Aí a gente tem tudo formados e atuantes. O tesoureiro, os substitutos, o conselho. A gente tenta fazer assim da melhor forma possível. A gente tem o estatuto regularizado - Gratidão

Todos os votos iguais. - Afeto

O discurso dos representantes na associação pode ser percebido como majoritariamente fala da presidente, mas que ao mesmo tempo que exerce mais o ato da fala, utiliza-se dele para motivar e encorajar outras associadas à fala. Isso reflete diretamente na *avaliação participativa*, onde se nota confiança considerável na figura da diretoria da associação.

mas nenhuma associada nunca teve interesse em olhar [a ata], elas confiam plenamente no que é feito pela parte administrativa. - Cumplicidade

Autonomia

A autonomia se configura como fator imprescindível em tomadas de decisões compartilhadas, para que isso aconteça, é necessário identificar a *origem das proposições*. Na AMAGRI, identifica-se na discussão entre as associadas nas reuniões ordinárias e encontros

com apoiadores, como o SEBRAE, são identificadas novas proposições a partir das comissões de trabalho já discutidas previamente.

Então é o seguinte, nós temos, estamos finalizando agora aquele programa do SEBRAE, né? Cultura da cooperação. Até o último encontro é agora em fevereiro, dia nove. É o que eu tô te convidando. Então, a partir deste encontros são onde nós encontramos mais eu até estou afastada por causa da bebezinha mas já estou voltando aos poucos mas tudo se dá lá as discussões, as demandas tudo a lavação de roupa suja é lá que acontece e a partir disso são formadas algumas comissões né? Para resolver todas as questões da associação durante o mês porque antes ficava tudo nas costas da presidente. Aí agora começou a presidente começou a delegar né? Através dessas comissões então são resolvidos através disso. Então assim, é durante o mês é resolvido virtualmente assim através de WhatsApp, telefone porque cada um mora numa comunidade rural né. - Cumplicidade

O relato de uma associada retrata exatamente onde nascem novas ideias e como se dá esse processo, sobretudo com relação ao trabalho executado nas comissões.

Eu sou meio tímida, né? Aí no começo eu tinha medo de falar alguma coisa errada, de perguntar uma coisa errada. Agora, agora não. Agora eu sempre falo o que eu tenho vontade, o que eu imagino, dou alguma ideia que eu penso na hora da reunião, na hora das conversas, tipo assim, eu consigo falar normal. - Afeto

A autonomia da associação em relação ao contexto do município também permite uma análise interessante, uma vez que a *alçada dos atores* é explorada enquanto a relação de cooperação mútua entre os atores sociais que permeiam a AMAGRI.

antes a gente ficava pedindo pra participar, né? Hoje em dia eles convidam muito a gente pra participar. [...] Então assim a gente vê uma certa importância pra sociedade aqui da Amagri está inserida aqui, né? Tanto as pessoas também que participam, recebem as doações e são muito gratos por ter, porque faz toda a diferença. - Gratidão

No que diz respeito às alçadas dos atores dentro da associação, identifica-se autonomia das associadas para agir perante aquilo deliberado em reunião.

Então se já foi discutido ali na reunião a gente se sente com total autonomia de fazer o que tem que ser feito, se for deliberado ali ou se ainda fica com um

pouco de que a gente conversou lá, a gente executa. E tudo é conversado previamente, previamente, a gente sempre fortalece nos grupos de WhatsApp também. - Cuidado

O *perfil da liderança* pode ser traçado como descentralizado por parte da diretoria, como relatado no momento das entrevistas, na fala de Cuidado acima. Contudo, a realidade não era a mesma na aplicação do método em 2021, uma vez que a sobrecarga era um fator relevante e repetitivo na fala de algumas associadas em especial. Atualmente, percebe-se maior autonomia por parte das associadas através das comissões.

Está sendo bem bom, porque é porque era no começo, era bem complicado. Porque era mais era. É tadinha da associada X e da presidente. Então estava sobrecarregando muito, tadinha delas, Agora ta ajudando bem mais. - Afeto

A queixa de acúmulo de funções e tarefas, refletiu no resultado da técnica Eleição de Prioridade, técnica na qual as associadas elegeram as prioridades da associação a partir do resultado da técnica Matriz Realidade Objetivo. O desejo de fortalecer a associação sobressaiu aos demais objetivos como observado no quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Prioridades elencadas pelas associadas da Amagri.

OBJETIVOS	PRIORIDADES
Conscientizar todas as associadas sobre a importância da AMAGRI.	80 pontos (1°)
Criar outros meios de comunicação.	10 pontos (5°)
Descentralizar as atividades da AMAGRI	30 pontos (4°)
Buscar um local adequado às suas necessidades	75 pontos (2°)

Alcançar o percentual de 30% nas vendas para o PNAE.	50 pontos (3°)
---	-----------------------

Fonte: DRPE AMAGRI, outubro de 2021.

Nesse contexto, infere-se que a *possibilidade de exercer a própria vontade* é fator que teve considerável fortalecimento, a partir dos grupos de trabalho, que influenciam diretamente na autonomia de tomada de decisões e exposição de pontos de vistas, além de que na associação é validado o direito a fala individual, valorizando cada saber.

Nesse critério, também é válido lembrar o centro da figura feminina como protagonista das ações e não somente do trabalho da casa, da família e do emprego. A autonomia nesse sentido, vai de encontro a liberdade dessas mulheres, no contexto de um ambiente seguro, onde existe sororidade entre elas.

Bem Comum

O bem comum é considerado o cerne da gestão social, o bem estar social alcançado através da prática republicana (VILLELA, 2012). Nessa categoria são discutidos os objetivos alcançados e a aprovação cidadã dos resultados como critérios de análise.

Desde a realização do método DRPE, a Associação percorreu caminhos que levaram as associadas a um considerável nível de satisfação, pelo alcance parcial ou total dos objetivos traçados pelas próprias associadas. Com base no técnica Matriz realidade Objetivo percebe-se que as tomadas de decisão desde então levaram a AMAGRI a cumprir objetivos traçados, o que reflete os *objetivos alcançados* é exposto em alguns trechos.

a gente já tá ali a nossa própria sede, que é junto com a Secretaria de Agricultura e junto com a Emater - Cuidado

A sede se caracterizava como um grande anseio por parte das associadas, uma vez que o espaço físico é necessário para entrega de alimentos as políticas públicas que a associação atende, de ser necessário para reuniões e assembleias gerais, como observado também na técnica eleição de prioridades, em que foi eleita como prioridade 2 pelas associadas.

A conscientização das associadas também foi fator determinante no caminho percorrido e relato nas entrevistas como mais fortalecidos através das *valorização cidadã e autonomia*, mais fortalecidos no grupo.

O objetivo traçado de alcance de 30% nas vendas para a política pública do PNAE está em construção, porém as associadas relatam a presença de uma associada no Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE, onde é deliberado sobre a manutenção da política e apresentado relatório de destinação de verbas. O que na aplicação do método, era um gargalo para a associação e atualmente teve a renda ampliada.

ela é uma associada que vai ter muito orgulho de falar ela entregava trezentos reais. Hoje eu paguei ela no cheque de mil e seiscentos. Você vê a evolução da pessoa, né? - Gratidão

A descentralização das atividades e a criação de outros canais de comunicação na associação podem ser vistos ainda como em construção nas atividades rotineiras da AMAGRI, uma vez que as comissões de trabalho estão em pleno funcionamento, porém, ainda não são caminhos suficientes para resolução desses gargalos encontrados pelas mulheres associadas.

Por outro lado, a *aprovação cidadã*, se mostra fortalecida na associação. Os relatos abordados ao longo do trabalho demonstram que além do sentimento de aprovação, é possível perceber a felicidade e gratidão na AMAGRI.

5 CONCLUSÃO

A cidadania deliberativa, caracterizada por ser o processo de tomada de decisão participativa, que torna o indivíduo protagonista das ações no meio social em que vive, permite a análise em contextos múltiplos e a análise na Associação de Mulheres Agricultoras de Perdões se revelou como coerente aos preceitos teóricos.

Os caminhos percorridos até que fosse possível identificar quais categorias estão presentes no dia a dia da AMAGRI, foram múltiplos e grande contribuição ao que tange a escuta da fala das mulheres associadas, com seus saberes e experiências. Foi possível identificar os critérios em exercício na associação e aqueles que precisam de maior atenção para que a AMAGRI se caracterize de fato como uma associação pautada nas categorias da cidadania deliberativa, evidenciando um caminho ainda a ser trilhado.

A metodologia participativa utilizada como instrumento de coleta de informações, o DRPE, se mostrou eficaz e como o meio que permitiu o avanço do conhecimento da gestão social aplicada.

A Associação de Mulheres demonstra interesse e abertura ao conhecimento estruturado e ferramentas que possibilitam o fortalecimento da associação para que seja possível a maior amplitude de decisões é um processo de discussão mais amplo e ainda mais deliberativo, entretanto, foi possível perceber que durante todo o processo de estudo da associação que os marcadores interseccionais se caracterizam como um peça relevante no desenvolvimento da coletividade, em virtude desse fato identificado, deixa-se como proposta de futuros trabalhos, o estudo da relação entre as categorias de análise da cidadania deliberativa propostas por Villela e o recorte interseccional da mulher.

A questão de uma associação formada exclusivamente por mulheres agricultoras atravessa gargalos sociais, políticos e, principalmente, estruturais que influenciam diretamente no fortalecimento, e expansão da AMAGRI, mas não impactam na identificação das categorias e critérios da cidadania deliberativa.

REFERÊNCIAS

- BARTHELEMY, Marc. **Associations: un nouvel âge de la participation**. Paris: Presses de Sciences Po, 2000.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania: tipos e percursos**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 18, 1996
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHAVES, Léo Ramos. **Adrian Laval: No exercício da democracia: estudo sobre mecanismos de controles não eleitorais revela caráter inovador da experiência brasileira**. Estudo sobre mecanismos de controles não eleitorais revela caráter inovador da experiência brasileira. 2022. Entrevista. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/adrian-lavalle-no-exercicio-da-democracia/>. Acesso em: 17 nov. 2022.
- DAHL, Robert. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Edusp, 1997.
- DRYZEK, John. **Deliberative Democracy and Beyond: liberals, critics, contestations**. Great Britain: Oxford University Press, 2002. 195 p.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe (org.). **Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Sociedade e Solidariedade, 2006. 326 p.
- GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006.
- GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES, Ronaldo Martins. **Ação comunicativa e democracia deliberativa: duas contribuições teóricas de Habermas**. *Áskesis*, São Carlos, v. 4, n. 2, p. 115-129, dez. 2015. Semestral.
- GONTIJO, Felipe Marques Carabetti; PAULA, Ana Paula Paes de. **Os sentidos da economia solidária: reflexões sobre um curso de formação**. *Educação e Pesquisa*, [S.L.], v. 45, p. 1-18, jul. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634201945185054>.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre a facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. Tradução Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria do agir comunicativo**. Racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a. Vol. I.

MENEZES, Isabel Padilha de. **O que é cidadania para Habermas**. "Habermas e a cidadania." 2007.

PILATTI, Adriano. Entrevista. **30 anos da Constituição: a experiência cidadã incompleta**. In: Revista do Instituto Humanitas Unisinos. Nº 519, Ano XVIII. Abril de 2018, p. 16-21. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao519.pdf> Acesso em 08 de setembro de 2022

PINSKEY, Jaime; PINSKEY, Carla Bassanezi (org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PEREIRA, Juliana Rabelo; CABRAL, Eloisa Helena de Souza; PEREIRA, José Roberto. GESTÃO SOCIAL E GOVERNING THE COMMONS: A COOPERAÇÃO COMO ELO DE CONVERGÊNCIA. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 112-122, 2015.

POGREBINSCHI, Thammy. **A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 2004, n. 23, p. 43-53.

RAMOS, Arthur. **Introdução da Antropologia Brasileira**, Casa do Estudante do Brasil, Coleção "Estudos Brasileiros", Vol., Rio de Janeiro. Págs. 467-468. 1943

SALGADO, Rafael Junior dos Santos Figueiredo; SANTOS, Luana Ferreira dos; RESENDE, Tamiris Cristhina; SOUZA, Washington José de. **Cidadania deliberativa e gestão social: revisão sistemática de literatura no brasil**. Cadernos Ebape.Br, [S.L.], v. 17, n. , p. 817-831, nov. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395176139>.

SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 126 p.

TENÓRIO, Fernando G.; KRONEMBERGER, Thais S. **Gestão Social e conselhos gestores**. Vol. 3, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2016.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: Fgv, 2012. 264 p.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1977.

ANEXO

1. Hoje, na associação, como se dá o processo de discussão? Quais são as principais formas de discussão (presencial ou virtual)? Quantas associadas participam da tomada de decisão? A AMAGRI tem hoje participação em outras instituições na cidade, como em conselhos?
2. A AMAGRI tem hoje, diferentes projetos dentro da associação, como se dá a divisão do grupo para participação nas tarefas? Existe algum mecanismo que visa valorizar a participação das associadas nas tarefas rotineiras?
3. Qual é o nível de influência de diferentes atores na associação? (instituições citadas na técnica diagrama de Venn - DPRE)
4. Como é feita a escolha de presidentes, secretária e tesoureiras? Existe algum método de avaliação interna da comissão gestora?
5. Como surgem novas proposições dentro da associação? (assembleias, conversas diretas com o conselho gestor...) Como você define a autonomia em que a gestão tem para atuar sobre problemáticas já discutidas pela associação? Ainda há resistência?
6. Como é feita a relação entre objetivos planejados e objetivos alcançados?
7. Quais são as formas de acesso às informações internas da associação, pelas associadas?